

PROTOCOLO 01-004154/2018

PARECER Nº 024/2018-DP-4

EMENTA: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO - CURITIBA S/A E INSTITUTO CURITIBA DE INFORMÁTICA – RENOVAÇÃO - VIABILIDADE JURÍDICA.

Mediante o presente, o Instituto Curitiba de Informática - ICI encaminha minuta de proposta acostada às fls. 12/19 manifestando o interesse em pactuar Contrato de Prestação de Serviços com a Curitiba S/A, cujo objeto é a execução e manutenção do Portal Internet e Serviços de Data Center, Hospedagem de Dados e Aplicação, nas áreas de informática e telemática, pelo período de 22.02.2018 a 22.02.2020, o qual se firmará atendendo as disposições da Lei 9.226/97 e condições estabelecidas no Contrato de Gestão firmado com o Município de Curitiba.

Inicialmente, necessário consignar que a presente contratação é regida pelas disposições da Lei 8.666/93, que ao tratar das hipóteses de dispensa de procedimento licitatório, em seu artigo 24, inc. XXIV, assim dispõe:

“Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

XXIV – para a celebração de contratos de prestação de serviços com as organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para as atividades contempladas no contrato de gestão; (...).”

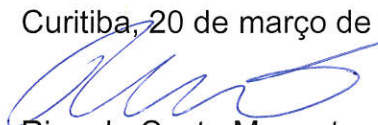
A qualificação do Instituto como Organização Social se deu através do Decreto Municipal 375/1998, originando o contrato de gestão sob nº 19.449 com o Município de Curitiba, visando o desenvolvimento das atividades relacionadas à informática, telemática e tecnologia da informação.

Desta forma, além de restarem plenamente atendidos os requisitos do dispositivo, há evidente vinculação entre as atividades a serem desenvolvidas e aquelas contempladas tanto no instrumento de qualificação, como também no contrato de gestão formalizado com a municipalidade, razão pela qual não encontra óbice de ordem legal a formalização do instrumento com a Companhia.

Saliente-se, por oportuno, que o ICI já mantém os serviços e sistemas que interligam a Companhia ao Município, tais como o de protocolo e o 156. Portanto, os serviços objeto do contrato de prestação de serviço se mostram necessários e viáveis do ponto de vista jurídico.

Diante do exposto, com base nas disposições legais combinado com o contrato firmado entre as partes, entende esta Supervisão Jurídica que não há óbice legal para a formalização do contrato, devendo o presente ser submetido à análise e deliberação da Diretoria Executiva desta Companhia, nos termos de sua competência estatutária, e restando aprovada, ser formalizado o instrumento de contrato, nos termos da minuta acostada às fls. 20/28. Resultando aprovada pela Diretoria Executiva, faz-se necessário a indicação de suplente de gestor para o contrato, nos termos do contido na cláusula 2.2 da proposta de fls. 12/19.

Curitiba, 20 de março de 2018.



Ricardo Costa Maguetas
Assessor Jurídico
OAB-PR 28.275